

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E INCLUSÃO SOCIAL PÓS-CÁRCERE: O PROJETO ALVORADA (CICLO 2) NO IFRN

Edneide da Conceição Bezerra<sup>1</sup>  
Emiliana Souza Soares<sup>2</sup>  
Gilson Malta da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** A Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica-PNEPT orienta-se pela promoção da formação humana integral e cidadã, assegurando equidade, permanência qualificada e diversidade de sujeitos e dos contextos educacionais. Fundamentada no diálogo crítico com o mundo do trabalho, a PNEPT consolida-se como instrumento estratégico de inclusão social e produtiva, com especial atenção a grupos historicamente marginalizados, como as pessoas egressas do sistema prisional. Nesse contexto, a Educação Profissional e Tecnológica-EPT configura-se como um vetor relevante de reintegração social, enfrentamento ao estigma e fortalecimento da cidadania. Considerando a articulação entre a PNEPT e a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional-PNAPE, este artigo analisa e tece reflexões sobre as ações desenvolvidas no Projeto Alvorada - Ciclo 2, implementado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, composta por pesquisa bibliográfica, documental, legislativa e observações de campo. Os resultados evidenciaram que esse Projeto constituiu uma experiência exitosa de inclusão social e produtiva, ao articular formação profissional, práticas no mundo do trabalho, acompanhamento psicossocial, ações pedagógicas, atividades socioemocionais, momentos socioculturais e articulações intersetoriais. Conclui-se que o Projeto Alvorada revelou-se como um mecanismo potente de efetivação de políticas públicas integradas, contribuindo para a construção de trajetórias de vida pós-cárcere, desvinculadas da exclusão social e da reincidência criminal.

**Palavras-chave:** EPT. Inclusão Social e Produtiva. Pessoas Egressas do Sistema Prisional. Educação nas prisões.

## PROFESSIONAL EDUCATION AND SOCIAL INCLUSION AFTER INCARCERATION: the Alvorada Project Cycle 2 at IFRN

**Abstract:** The National Policy for Professional and Technological Education-PNEPT is guided by the promotion of comprehensive human and civic education, ensuring equity, qualified retention, and diversity of subjects and educational contexts. Based on critical dialogue with the world of work, the

<sup>1</sup>Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Educação pela UFRN. Professora do Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte *campus* Zona Leste. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica-Profpept Mestrado Profissional Em Rede Nacional-IFRN. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, Práticas Pedagógicas e Docência em Ead-GEPEAD do IFRN E-mail de contato: edneide.bezerra@ifrn.edu.br

<sup>2</sup>Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande (UFRN). Mestre em Estudos da Linguagem pela UFRN. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN *campus* Zona Leste. Membro do Grupo de Estudos Linguísticos, Textuais e Enunciativos do texto e do discurso-GELTED do IFRN. E-mail de contato:emiliana.soares@escolar.ifrn.edu.br.

<sup>3</sup>Mestre em Educação pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Licenciatura em Filosofia (UFSJ). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, Práticas Pedagógicas e Docência em Ead (GEPEAD) no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Bolsista membro de Projeto de Pesquisa e extensão do IFRN *campus* Zona Leste.

PNEPT is consolidated as a strategic instrument for social and productive inclusion, with special attention to historically marginalized groups, such as people released from the prison system. In this context, Professional and Technological Education-EPT is configured as a relevant vector for social reintegration, confronting stigma, and strengthening citizenship. Considering the articulation between the PNEPT and the National Policy for Attention to People Released from the Prison System -PNAPE, this article analyzes and reflects on the actions developed in the Alvorada Project - Cycle 2, implemented at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte-IFRN. Methodologically, this is a qualitative research, composed of bibliographic, documentary, legislative research and field observations. The results showed that this Project constituted a successful experience of social and productive inclusion, by articulating professional training, internship practices, psychosocial support, pedagogical actions, social emotional learning activities, sociocultural events and intersectoral collaborations. It is concluded that the Alvorada Project proved to be a powerful mechanism for implementing integrated public policies, contributing to the construction of post-prison life trajectories free from social exclusion and criminal recidivism.

**Keywords:**EPT. Social and Productive Inclusion. People Released from the Prison System. Education in prison.

## EDUCACIÓN PROFESIONAL Y INCLUSIÓN SOCIAL POSTERIOR AL ENCARCELAMIENTO: el Proyecto Alvorada Ciclo 2 en el IFRN

**Resumen:** La Política Nacional de Educación Profesional y Tecnológica-PNEPT se orienta por la formación de la humana integral y ciudadana, asegurando equidad, la permanencia calificada y la diversidad de sujetos y de contextos educativos. Basada en el diálogo crítico con el mundo del trabajo, la PNEPT se consolida como instrumento estratégico de inclusión social y productiva, con especial atención a grupos históricamente marginados, como las personas salidas del sistema penitenciario. En este contexto, la Educación Profesional y Tecnológica-EPT se configura como un vector relevante de reintegración social, el enfrentamiento al estigma y el fortalecimiento de la ciudadanía. Considerando la articulación entre la PNEPT y la Política Nacional de Atención a la persona egresada del Sistema Penitenciario-PNAPE, este artículo analiza y reflexiona sobre las acciones desarrolladas en el Proyecto Alvorada - Ciclo 2, implementado en el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Rio Grande do Norte-IFRN. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, compuesta por investigación bibliográfica, documental, legislativa y observaciones de campo. Los resultados evidenciaron que este Proyecto constituyó una experiencia exitosa de inclusión social y productiva, al articular formación profesional, acompañamiento psicosocial, acciones pedagógicas, actividades socioemocionales, momentos socioculturales y articulaciones intersectoriales. Se concluye que el Proyecto Alvorada se reveló como un mecanismo potente de efectividad de políticas públicas integradas, contribuyendo a la construcción de trayectorias de vida tras el encarcelamiento libres de la exclusión social y de la reincidencia delictiva.

**Palavras-clave:** EPT. Inclusión Social y Productiva. Personas Liberadas del Sistema Penitenciario. Educación en prisiones.

### Introdução

A reinserção social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional constitui um dos desafios mais complexos das políticas públicas contemporâneas, especialmente na

sociedade brasileira, marcada por enormes desigualdades sociais, seletividade penal e persistência de estigmas sociais. Nesse contexto, a promulgação da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT) e da Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional (PNAPE) sinaliza um esforço estatal de articulação entre educação, trabalho e garantia de direitos, orientado por princípios de formação humana integral, equidade e inclusão social, manifestadas por meio de diretrizes, estratégias e ações que asseguram a equidade no acesso, a permanência qualificada e a valorização da diversidade dos sujeitos nos contextos educacionais.

A PNAPE, instituída pelo Decreto nº 11.843, de 21 de dezembro de 2023, estabelece diretrizes voltadas à promoção de direitos e à inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional no Brasil. Nos termos do referido decreto, considera-se egressa toda pessoa que, após qualquer período de permanência no sistema penitenciário, ainda que em caráter provisório, demande atendimento no âmbito das políticas públicas e dos serviços sociais ou jurídicos em decorrência de sua institucionalização. Tal definição amplia o escopo tradicionalmente atribuído à condição de egresso, reconhecendo a necessidade de acompanhamento estatal para além do cumprimento formal da pena.

No que se refere às diretrizes previstas no art. 6º da PNAPE, destaca-se a ênfase na articulação intersetorial como estratégia para a promoção da cidadania e da inclusão social das pessoas egressas e de seus familiares. Essa diretriz pressupõe a integração com políticas públicas de educação, trabalho, saúde e assistência social, reconhecendo que os processos de exclusão social que atingem essa população são multifacetados e demandam respostas institucionais coordenadas.

Nesse horizonte, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), orientada pelo diálogo crítico com o mundo do trabalho, constitui-se como instrumento estratégico de inclusão social e produtiva, com especial atenção a grupos historicamente marginalizados. Essa modalidade educacional pode desempenhar um papel crucial na superação das trajetórias de exclusão que marcam a experiência pós-cárcere das pessoas egressas do sistema prisional. Nesse sentido, ela se configura como vetor relevante de reintegração social, enfrentamento ao estigma e fortalecimento da cidadania.

É nesse quadro de convergência entre PNEPT e PNAPE que se insere a experiência do

Projeto Alvorada-Ciclo 2, implementado no *Campus* Natal-Zona Leste do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN, em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas Penais-SENAPPEN, no âmbito das diretrizes da Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais-DICAP. Estruturado como política pública de inclusão social e produtiva, o Projeto articula formação profissional, práticas profissionais, acompanhamento psicossocial e ações pedagógico-formativas, bem como conexões intersetoriais e apoio financeiro com bolsas auxílio para os estudantes, buscando enfrentar a reincidência criminal como fenômeno social, permeado por vulnerabilidades econômicas, educacionais e sociais (SENAPPEN, 2025).

No que tange aos procedimentos metodológicos, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva, estruturada sob a forma de um relato de experiência fundamentado na atuação da equipe do Projeto Alvorada - Ciclo II no IFRN *campus* Natal Zona Leste. O percurso investigativo seguiu as etapas propostas por Lima e Miotto (2007), iniciando-se pelo levantamento e leitura exploratória de fontes bibliográficas e documentais. Sendo assim, a análise baseou-se em documentos institucionais e registros pedagógicos do Projeto Alvorada, complementados por materiais audiovisuais. Nessa linha, não foram realizadas entrevistas com discentes, em respeito aos princípios éticos de pesquisa.

Entre fevereiro e dezembro de 2025, o trabalho de campo envolveu a observação sistemática de atividades formativas do projeto, registradas em relatórios e materiais audiovisuais. Complementarmente, realizou-se um encontro técnico com a equipe do Núcleo de Inclusão Social e Produtiva (NISP) para discussão de desafios e resultados, cujo conteúdo foi sistematizado por meio de registros e análises documentais.

No decorrer do percurso metodológico, foi realizada a leitura interpretativa que possibilitou a síntese dos dados à luz do objetivo de pesquisa, que foca na análise reflexiva da EPT como eixo estratégico de inclusão socioprodutiva em articulação com interconexões normativas com outras políticas públicas de atenção à pessoa egressa do sistema prisional e inclusão no mundo do trabalho, a partir do mapeamento e relato de ações que considera a caracterização dos obstáculos estruturais, a eficácia das estratégias de superação no âmbito das ações de práticas profissionais e o impacto dos resultados alcançados na trajetória dos egressos vinculados ao Projeto Alvorada no contexto do IFRN. Tal percurso possibilitou compreender como a integração entre formação humana e qualificação técnica profissional atua na superação

de estigmas e na efetiva inserção desses sujeitos no mundo do trabalho.

Os resultados evidenciaram que o Projeto constituiu uma experiência exitosa de inclusão social e produtiva, revelando-se não só como um mecanismo potente de efetivação de políticas públicas integradas, como também um mediador para a construção de novas trajetórias de vida.

### **Do Estado de Coisas Inconstitucional à reintegração cidadã: o nexó entre a EPT e o ecossistema normativo (PNEPT e PNAPE) para a inclusão social e produtiva pós-cárcere**

Consoante Parizi (2025), o sistema prisional brasileiro vivenciava uma crise histórica de desafios estruturais profundos como superlotação das unidades prisionais, má qualidade das vagas, déficit no fornecimento de bens e serviços do mínimo existencial, entrada de pessoas sem antecedentes criminais por delitos de baixa gravidade, permanência por tempo superior à condenação ou em regime mais gravoso que repercutem em impactos na execução penal e na reintegração social. A magnitude do problema é evidenciada pela expressividade dos alvarás de soltura, que atingiram uma média de 229.507 saídas em 2025, confrontada com a ineficiência histórica dos fluxos de assistência pós-cárcere. Tal lacuna compromete a eficácia da reinserção e perpetua ciclos de vulnerabilidade social que atingem, majoritariamente, jovens negros e grupos com vulnerabilidades sobrepostas.

Diante desse quadro, o Supremo Tribunal Federal-STF, no julgamento da ADPF nº 347, em 2023, reconheceu formalmente o sistema prisional como um “Estado de Coisas Inconstitucional” (ECI). Essa decisão ratificou a existência de uma violação generalizada de direitos humanos fundamentais e impôs ao Estado a obrigação de garantir a dignidade das pessoas privadas de liberdade (Parizi; D’Angelo, 2025). Como resposta normativa, a SENAPPEN, em colaboração com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), elaborou o Plano Nacional Pena Justa. Essa estratégia organiza o enfrentamento ao ECI em eixos fundamentais, com destaque para o Eixo 3, voltado ao fortalecimento dos processos de saída e reintegração social por meio de uma rede intersetorial entre os poderes Judiciário e Executivo.

Para a superação desse quadro de violação massiva de direitos humanos no que tange à problemática no contexto das prisões brasileiras, o Plano Pena Justa organiza o enfrentamento ao ECI em eixos estratégicos, com destaque para o Eixo 3: Processos de saída da prisão e da reintegração social. Este eixo articula-se diretamente com a PNAPE, e com a PNAT, estabelecida pelo Decreto nº 9.450/2018. Tais normativos representam marcos na consolidação

de uma agenda orientada à promoção de direitos e à reintegração cidadã. O objetivo é qualificar o processo de liberdade e garantir que o egresso tenha acesso a direitos fundamentais, trabalho e renda, superando a lógica puramente punitiva por meio de uma rede de suporte intersetorial que envolva o Poder Judiciário e o Executivo na promoção da cidadania. (Parizi; D'Angelo, 2025).

Nessa direção, a PNAPE (Brasil, 2023) estabelece os parâmetros para o desenvolvimento de ações, projetos e atividades destinados a garantir os direitos fundamentais e assegurar as medidas assistenciais legais em favor das pessoas egressas do sistema prisional e dos seus familiares.

Nesse ecossistema de proteção, a PNAPE surge como o marco para aprimorar o processo de liberdade e garantir o acesso a direitos humanos fundamentais. Articulada à PNAT, se coaduna a um conjunto dos princípios e das diretrizes da PNEPT instituída pelo Decreto nº 12.603/2025, em busca de consolidar ações para o fortalecimento da inclusão social e produtiva de quem vivenciou o cárcere.

A PNEPT (Brasil, 2025) orienta ações voltadas à ampliação do acesso, da permanência e do êxito na Educação Profissional e Tecnológica, com foco na redução das desigualdades e na promoção da inclusão socioproductiva. Fundamentada na perspectiva da formação integral e no trabalho como princípio educativo, a política articula educação e mundo do trabalho, buscando democratizar a oferta formativa e fortalecer a inserção social e profissional, especialmente de grupos em situação de vulnerabilidade.

Concernente à reintegração social, o Pena Justa busca qualificar o egresso para o mundo do trabalho, articulando nessa visão os pressupostos do Projeto Alvorada para mitigar os efeitos do aprisionamento. O objetivo é assegurar que a transição para a liberdade seja acompanhada por suporte psicossocial e acesso a direitos básicos, rompendo o ciclo de vulnerabilidades que historicamente alimenta a reincidência e a exclusão social, assim como os estigmas (Brasil, 2020).

Como estratégia operacional para viabilizar essas diretrizes, o referido Projeto articulou a formação profissional e tecnológica ao compartilhamento de responsabilidades entre diversas políticas públicas, alinhando-se à PNAT. O Alvorada buscou superar a insuficiência de ações meramente intramuros, propondo uma integração sistêmica com a Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica (RFECT) para garantir que a qualificação profissional resulte em inserção efetiva em ações para a inclusão no mundo do trabalho. Ao focar na ressocialização por meio da empregabilidade e do empreendedorismo, o projeto atuou diretamente sobre os estigmas que fragilizam vínculos e impedem a autonomia financeira dos egressos do sistema prisional.

A metodologia do mencionado Projeto estrutura-se em torno de um itinerário formativo robusto, culminando no fomento e execução do NISP. Esse núcleo é fundamental juntamente como a mentoria para transpor as barreiras de acesso ao mundo do trabalho, oferecendo aos participantes acompanhamento contínuo, bem como ferramentas e estratégias práticas para o exercício profissional, seja pelo emprego formal ou por iniciativas de economia solidária. Ao expandir o atendimento também aos familiares (até 20% das vagas), o referido projeto reconheceu que a reintegração social depende do fortalecimento do núcleo afetivo e da mitigação das vulnerabilidades sobrepostas que atingem não apenas quem vivenciou o cárcere, mas todo o seu entorno social e familiar.

Nesse panorama, a PNEPT apresenta-se como instrumento estratégico para romper com a descontinuidade histórica das políticas de inclusão para os indivíduos em contexto pós-cárcere. Ao afirmar a centralidade da formação integral e da equidade no acesso, a PNEPT visa conectar educação e inserção socioproductiva. A articulação entre a PNEPT, a PNAPE, a PNAT e o Plano Pena Justa potencializam ações para a construção de trajetórias de reintegração social sustentáveis ao reconhecer a educação como direito e como meio de inserção socioproductiva qualificada, assim como a autonomia econômica do egresso depende de uma qualificação alinhada às demandas do mundo do trabalho, mitigando os estigmas que inviabilizam a empregabilidade formal.

Assim, para a população egressa do sistema prisional, a EPT assume papel particularmente relevante, haja vista que a histórica precariedade das políticas de atenção pós-pena resultou em barreiras significativas de acesso ao trabalho formal, à escolarização continuada e a oportunidades de qualificação.

A PNEPT emerge em um contexto marcado por persistentes desigualdades educacionais e por desafios estruturais relacionados à inserção socioproductiva de grupos historicamente vulnerabilizados. No cenário brasileiro, tais desafios assumem contornos ainda mais complexos

quando considerados à luz das fragilidades do sistema prisional, especialmente no que se refere à ausência histórica de políticas públicas consistentes e articuladas de atenção à pessoa egressa. Durante décadas, a descontinuidade de ações, a fragmentação institucional e a insuficiência de mecanismos de acompanhamento pós-cárcere contribuíram para a reprodução de ciclos de exclusão social, estigmatização e reincidência penal.

Nessa linha, iniciativas estruturantes como o Pena Justa e a PNAPE representam marcos relevantes na consolidação de uma agenda orientada à promoção de direitos, à inclusão social e à reintegração cidadã. Ao estabelecer diretrizes para a articulação intersetorial e para o acompanhamento sistemático de pessoas egressas e de seus familiares, tais normativas reconhecem que a superação das vulnerabilidades associadas ao encarceramento demanda políticas integradas nas áreas de educação, trabalho e renda, assistência social, saúde e habitação.

É nesse horizonte que a PNEPT se apresenta como instrumento estratégico, ao afirmar, em seu escopo normativo, a centralidade da formação integral e cidadã. A política propõe a coordenação e articulação de ações voltadas à expansão e qualificação da oferta de educação profissional e tecnológica, alinhando-a às demandas sociais e às necessidades do mundo do trabalho, sem dissociá-la de compromissos mais amplos com a inclusão social e a justiça educacional. Ao integrar princípios, diretrizes e mecanismos de avaliação, busca conferir maior coerência entre sistemas de ensino, instituições formadoras e estratégias de desenvolvimento nacional.

Dessa forma, experiências formativas orientadas por esses marcos normativos, a exemplo do Projeto Alvorada, evidenciam a possibilidade de concretização de uma política pública de caráter mais inclusivo e transformador. Fundamentado na promoção da inclusão social, educacional e produtiva de pessoas egressas e de seus familiares, o projeto reafirma a centralidade da educação profissional e do trabalho decente como instrumentos de reconstrução de trajetórias e de fortalecimento da cidadania.

Ao promover itinerários formativos em parceria com a Rede Federal, o Projeto busca mitigar as barreiras de inserção laboral, oferecendo qualificação que considere as especificidades do público egresso e seus familiares (Parizi, 2025). A iniciativa materializa o compromisso estatal com a inserção socioprodutiva e a autonomia econômica, sendo peça-

chave para reduzir a reincidência criminal e efetivar a transição da prisão para a cidadania, consoante preconizado pelas estratégias nacionais de direitos humanos e desenvolvimento social.

### **EPT como vetor de cidadania e reinserção socioproductiva: relato do projeto alvorada no IFRN**

A concepção de educação integral, fundamentada na formação omnilateral, orienta a EPT pela indissociabilidade entre trabalho, ciência e cultura, compreendendo o trabalho como princípio educativo e dimensão fundante da vida social. Nessa perspectiva, o Projeto Político-Pedagógico do IFRN (2012) defende a integração curricular e a formação humana integral como base para a promoção da justiça social, da cidadania e da inclusão socioproductiva. Em consonância com esses princípios, a PNEPT busca ampliar o acesso, a permanência e o êxito na EPT, articulando educação e mundo do trabalho como estratégia para enfrentar desigualdades e ampliar oportunidades, especialmente para grupos em situação de vulnerabilidade, como pessoas egressas do sistema prisional.

Nessa perspectiva, os princípios do PPP do IFRN (2012) e do Projeto Alvorada articulam-se aos pressupostos da PNEPT, ao promover ações formativas orientadas pela inclusão social, educacional e productiva de pessoas egressas do sistema prisional e de seus familiares, ao reconhecer a centralidade da educação e do trabalho decente como instrumentos de reintegração cidadã, reafirmando o papel estratégico da EPT na promoção da justiça social, ao integrar formação cidadã e qualificação para o mundo do trabalho. Dessa forma, a EPT voltada para pessoas egressas do sistema prisional assume papel fundamental na reconstrução de trajetórias individuais, ao ampliar o acesso a direitos, fortalecer a cidadania e contribuir para a superação de ciclos de exclusão social.

O Projeto Alvorada viabiliza um conjunto de ações voltadas à EPT, destinadas a pessoas com experiência prisional que necessitam de suporte integrado das políticas públicas e dos serviços sociais para a reconstrução de seus projetos de vida e a efetiva reintegração comunitária.

A metodologia do Projeto Alvorada Ciclo II foi estruturada em 3 fases e fundamenta-se na implementação de um itinerário formativo transversal, cujo ápice reside no fomento ao NISP. Tal núcleo configura-se como dispositivo estratégico para a superação das barreiras

estruturais de acesso ao mercado de trabalho, provendo aos egressos o instrumental técnico e as competências pragmáticas socioemocionais necessárias ao exercício profissional, seja por meio da inserção no emprego formal, seja via arranjos da economia solidária.

A eficácia da reintegração social é potencializada pela extensão do atendimento ao núcleo familiar, ao qual são destinadas até 20% das vagas. Essa diretriz reflete a compreensão de que a ressocialização transcende o indivíduo; ela demanda o fortalecimento dos vínculos afetivos e a mitigação das vulnerabilidades sobrepostas que acometem o entorno social do egresso. Ao adotar essa perspectiva sistêmica, o projeto não apenas fomenta a autonomia financeira, mas atua na reconstrução da dignidade e na materialização da justiça social.

Em 2025, o IFRN contribuiu de forma significativa para a inclusão social e produtiva de egressos do sistema prisional e de seus familiares, mediante a oferta de curso de Formação Inicial e Continuada-FIC na área de Administração, Vendas e Empreendedorismo, no contexto do Projeto Alvorada Ciclo II. Com duração de oito meses, tal curso articulou componentes teóricos e práticos, promovendo não apenas a qualificação técnica, mas também o fortalecimento da permanência, do desenvolvimento e da inserção desses sujeitos no mundo do trabalho, em consonância com a perspectiva da EPT como instrumento de cidadania e autonomia.

Após a fase inicial de implementação, as atividades educacionais tiveram início em abril de 2025 com a Semana de Integração Acadêmica, realizada nas instalações do *Campus Natal-ZL* e marcada pela Aula Magna, consoante informações disponíveis em: <https://ead.ifrn.edu.br/projetoalvorada-aula-magna-no-auditorio-da-reitoria-abre-segundo-ciclo/>.

O período de integração foi estruturado em uma perspectiva acolhedora, com o objetivo de fortalecer o vínculo institucional com os estudantes egressos do sistema prisional matriculados no curso FIC do projeto. A iniciativa promoveu um ambiente baseado no diálogo, na escuta e na orientação, buscando familiarizar os discentes com a cultura acadêmica, as normas institucionais e o uso do Sistema Unificado de Administração Pública, além de apresentar direitos e deveres relacionados à vida acadêmica.

Durante a programação, foram apresentados a equipe do projeto, a estrutura do campus e o PPC do curso, além de orientações sobre desempenho acadêmico, mentoria pedagógica,

funcionamento do NISP, certificação e bolsas, finalizando com a entrega de kits escolares e fardamento.

Como parte das atividades, os estudantes participaram de visita guiada às instalações do *campus*, conhecendo laboratórios, salas de aula e espaços de convivência, o que contribuiu para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e para a aproximação com o ambiente educacional. A metodologia adotada foi multidisciplinar e integradora, envolvendo profissionais de diferentes áreas da gestão educacional e utilizando estratégias como palestras, oficinas, dinâmicas e rodas de conversa, apoiadas por materiais impressos e recursos de mídia para facilitar a interação e a circulação de informações.

**Imagem 1** – Registro da semana de integração acadêmica



**Fonte:** Portal institucional do IFRN (IFRN, Alvorada, ciclo 2, 2025). Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/alunos-comentam-a-importancia-do-projeto-alvorada-finalista-do-premio-espirito-publico-2025/>.

Após a semana de integração, a equipe de mentoria realizou diagnóstico pedagógico abrangente dos estudantes, contemplando caracterização socioeconômica, educacional e atividade pedagógica de autorretrato. O objetivo foi mapear potencialidades, necessidades formativas e perspectivas profissionais, subsidiando o planejamento das ações pedagógicas e do acompanhamento individual. Além disso, também foi realizado mapeamento pelo NISP.

Os Módulos do curso atenderam aos requisitos para certificação parcial, com a obtenção das titulações de Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Assistente de Vendas e Auxiliar Financeiros, além do atendimento para os critérios de certificação total. Além das aulas teóricas,

a formação contemplou um conjunto articulado de atividades curriculares e extracurriculares, incluindo oficinas de documentação pessoal, com apoio à organização documental; discussões sobre direitos humanos e cidadania; visitas técnicas a instituições públicas e privadas; ações voltadas ao aprimoramento das habilidades de leitura e escrita; apresentações dos projetos integradores; a realização da Feira de Negócios e o bazar, com foco no empreendedorismo e na aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Essas ações contribuíram para o fortalecimento das competências técnicas, socioemocionais e cidadãs dos participantes, ampliando suas possibilidades de inserção social e produtiva e reafirmando a efetividade da proposta formativa do Projeto Alvorada.

O curso foi estruturado em três módulos formativos nas áreas de administração, empreendedorismo e gestão financeira, articulando atividades teóricas, práticas e projetos integradores voltados à inserção socioproductiva e ao fortalecimento da autonomia profissional dos participantes. O currículo foi orientado ao desenvolvimento pessoal, à promoção dos direitos humanos e da cidadania e à preparação para a atuação no mundo do trabalho. Nesse contexto, foram implementadas ações voltadas à permanência e ao êxito dos estudantes, incluindo atividades de acolhimento e integração ao ambiente acadêmico, iniciativas de cidadania e regularização documental, com destaque para oficinas de memória e identidade, além de momentos formativos que articularam conteúdos teóricos e práticos sobre direitos civis, políticos, sociais e culturais com conhecimentos técnicos nas áreas de administração, vendas e empreendedorismo.

O Módulo I abordou fundamentos da administração, comunicação e matemática aplicada ao contexto administrativo, integrando também discussões sobre ética, trabalho e direitos humanos. Como atividade integradora, foi realizado o seminário “Meu Projeto de Vida”, que articulou os conteúdos trabalhados às perspectivas pessoais e profissionais dos estudantes. Já o Módulo II concentrou-se nos eixos de empreendedorismo, marketing, planejamento estratégico e comunicação, sendo concluído com a atividade integradora “Empreender para Transformar”, voltada à aplicação prática dos conhecimentos e ao desenvolvimento de competências relacionadas à inserção produtiva e à autonomia profissional.

A culminância do segundo módulo ocorreu por meio da Feira de Negócios “Empreender para Transformar”, na qual os estudantes apresentaram propostas empreendedoras

desenvolvidas ao longo do curso a uma banca composta por especialistas do IFRN e instituições parceiras. A atividade possibilitou a aplicação prática dos conhecimentos trabalhados e contribuiu para o desenvolvimento de competências relacionadas ao empreendedorismo e à inserção produtiva.

A integração dessas ações formativas representa um avanço significativo no percurso de capacitação dos egressos, fornecendo-lhes instrumentos práticos e conceituais indispensáveis para o enfrentamento dos desafios do mundo do trabalho. Como estratégia de reintegração, a feira consolidou a construção de trajetórias profissionais sustentáveis, pautadas na autonomia e na dignidade humana.

Como etapa fundamental da formação, os discentes realizaram uma visita técnica à sede do SEBRAE-RN, onde foram recepcionados pela diretoria e equipe de gestão. A atividade permitiu o contato direto com a estrutura administrativa da instituição e com estratégias de inovação, sustentabilidade e negócios de impacto com consultor que conduziu discussões sobre empreendedorismo cidadão e realização de consultorias especializadas para os estudantes que optaram por empreender na fase de autogestão. Essa imersão buscou aproximar a teoria da sala de aula às práticas reais de mercado, ampliando horizontes profissionais e reafirmando o compromisso com a inclusão produtiva.

Complementando a qualificação técnica, a Jornada Profissional promoveu um momento formativo focado na saúde mental e na construção da imagem profissional. Em alusão ao Dia do Estudante, a programação proporcionou um espaço seguro de escuta qualificada, onde os discentes compartilharam os desafios inerentes à ressocialização e ao enfrentamento do preconceito. O encerramento, marcado por momentos de confraternização e afeto, foi estratégico para fortalecer o sentimento de pertencimento e os vínculos entre os estudantes e a equipe do projeto. Tais ações, documentadas em registros institucionais, demonstram a eficácia da abordagem integral do Projeto Alvorada, unindo competências técnicas ao suporte socioemocional indispensável para a reconstrução de trajetórias de vida.

A conclusão das atividades consolidou o compromisso do Projeto com a capacitação profissional e a cidadania em prol do fortalecimento da inclusão social e produtiva. Já o Módulo III, foi focado nos eixos de Inovação, Gestão Financeira e Sustentabilidade. Esse período da prática profissional qualificou os estudantes como Auxiliar Financeiro (CBO 4131-10),

integrando componentes curriculares como Planejamento Estratégico e Contabilidade para Pequenos Negócios. O itinerário formativo priorizou a transposição de conceitos teóricos para a realidade do mercado, culminando em atividades práticas avançadas e visitas técnicas.

No âmbito do Projeto Integrador III, os discentes executaram uma prática de Economia Solidária e Circular por meio de um Bazar Solidário, realizado em novembro de 2025 no entorno do IFRN. A iniciativa exigiu a elaboração prévia de um plano de negócio, em que os estudantes aplicaram técnicas de organização, precificação e marketing para a comercialização de artigos diversos. Mais do que um exercício, a ação cumpriu uma relevante função social: os recursos arrecadados foram destinados à aquisição de itens de higiene para mulheres privadas de liberdade.

Essa atividade integradora, intitulada “Projeto de Vida e Gestão Sustentável”, permitiu a vivência real de competências como comunicação assertiva e responsabilidade socioambiental. Ao alinhar a qualificação técnica ao enfrentamento da pobreza e ao apoio à população carcerária feminina, o projeto reafirmou a EPT como um instrumento de transformação social, capaz de unir a eficiência produtiva ao fortalecimento da dignidade e da inclusão social.

A conclusão do itinerário formativo marcou a certificação parcial em Auxiliar Financeiro (165h) e a titulação final no curso de Administração, Vendas e Empreendedorismo (735h). As ações foram orientadas pela mediação social e pela promoção de direitos, ancorando-se no viés de EPT como instrumento de reconstrução de trajetórias marcadas pelo estigma e pela exclusão.

A execução do projeto evidenciou também desafios significativos decorrentes da complexidade do público atendido. Entre as principais dificuldades observadas, destacam-se os impactos psicossociais associados às fragilidades na saúde mental resultantes do período de aprisionamento; as limitações na gestão da rotina, manifestadas em dificuldades de organização pessoal e familiar para o cumprimento da carga horária exigida; a insegurança jurídica, exemplificada pela evasão de uma discente em razão de reincarceramento decorrente de decisão judicial, o que demandou a convocação imediata de suplente para assegurar a continuidade da política de assistência; além da persistente vulnerabilidade financeira, expressa em demandas pessoais e de assistência social que tensionam a permanência no curso. Soma-se

a esse cenário os entraves relacionados ao monitoramento eletrônico da tornozoleira, especialmente no que se refere às falhas e inconsistências no acompanhamento pela central responsável.

Para mitigar esses entraves, o projeto institucionalizou um suporte contínuo composto por acompanhamento psicológico, mentoria e assistência pedagógica. Essa rede de apoio foi fundamental para garantir que as questões de ordem subjetiva e material não inviabilizassem o processo educativo. Ao articular a qualificação profissional ao cuidado com a dignidade humana, o Projeto Alvorada reafirma a importância de políticas que considerem a totalidade do sujeito, assegurando que a certificação técnica seja acompanhada de uma efetiva reintegração social e cidadã.

Como vimos, os resultados mostram o fortalecimento das parcerias institucionais e a efetiva articulação entre teoria e prática, ampliando o repertório formativo dos estudantes e contribuindo para uma compreensão mais concreta das dinâmicas do mundo do trabalho.

De modo geral, os dados relativos à taxa de conclusão evidenciam indicadores expressivos de permanência e êxito dos participantes: dos 31 alunos matriculados no Projeto Alvorada no IFRN, 30 concluíram a formação, sendo 27 egressos do sistema prisional e 3 familiares de egressos, o que demonstra a abrangência social da iniciativa no processo de reinserção socioprofissional. Embora tenha sido registrada uma evasão durante o percurso formativo, a situação foi prontamente solucionada mediante substituição em tempo oportuno, assegurando a continuidade das atividades e o preenchimento das vagas previstas. Desse modo, o projeto alcançou taxa de conclusão de 100%, evidenciando a efetividade das estratégias de acompanhamento pedagógico, permanência e apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Esses resultados demonstram a efetividade do Projeto Alvorada na construção de trajetórias educacionais e profissionais mais autônomas, sustentáveis e alinhadas aos objetivos de inclusão social e produtiva.

As ações delineadas e relatadas correspondem a concretização da função social do IFRN, a saber: “ofertar educação profissional e tecnológica [...] comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e

da justiça sociais” (IFRN, 2012, p. 21). Também se coadunam com os princípios que regem a formação humanística como: “justiça social, com igualdade, cidadania, ética, emancipação e sustentabilidade ambiental; [...], bem como “inclusão social quanto às condições físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas dos sujeitos, respeitando-se sempre a diversidade; [...]” (IFRN, 2012, p. 21).

A análise do perfil dos estudantes atendidos pelo projeto evidencia uma condição de vulnerabilidade multidimensional que extrapola a esfera educacional. Os registros documentais revelam um cenário marcado por precariedade socioeconômica, expresso na ausência de renda mínima para subsistência, na instabilidade habitacional e na presença de situações de dependência química e violência doméstica.

A esse quadro somam-se demandas urgentes relacionadas à saúde física, mental, bem como entraves de natureza burocrática e jurídica. Entre esses obstáculos, destacam-se a situação de estudante estrangeiro sem documentação migratória regular e dificuldades enfrentadas por discentes submetidos ao monitoramento eletrônico, decorrentes de falhas técnicas na comunicação entre a tornozeleira eletrônica e a central da Secretaria de Segurança Pública.

Além disso, observa-se a persistência de insegurança jurídica entre estudantes que ainda respondem a processos anteriores à sua inserção no projeto, condição que os expõe ao risco iminente de reincarceramento e agrava a instabilidade que permeia seus processos de reinserção social e produtiva.

Ademais, a eficácia do Projeto dependeu da capacidade institucional de articular a EPT a um suporte psicossocial em parceria também com o Escritório Social, capaz de mitigar os fatores que historicamente inviabilizam a permanência dos egressos no mundo do trabalho e na vida acadêmica.

Nessa direção, centralidade da inserção produtiva no projeto alinha-se ao compromisso institucional do IFRN de promover a educação para a “geração de trabalho e de renda e à emancipação do cidadão” (IFRN, 2012, p. 23). Ao articular o desenvolvimento tecnológico ao socioeconômico, a instituição cumpre sua missão de impulsionar a emancipação humana e o fortalecimento dos arranjos locais, conferindo dignidade e alternativas de subsistência aos egressos.

No tocante às ações formativas, desenvolveu-se aulas dialogadas, oficinas pedagógicas,

visitas técnicas e eventos acadêmicos. Essas ações evidenciaram um conjunto de características pedagógicas alinhadas com a justiça social, os direitos humanos, a inclusão social e produtiva e a preparação qualificada para o mundo do trabalho. Desse modo, assumiu-se a educação profissional e tecnológica como instrumento de transformação de trajetórias de vida numa perspectiva emancipatória, integradora e socialmente referenciada.

Outra característica pedagógica foi o protagonismo discente, estimulado ao longo de todo o percurso formativo. Os estudantes foram constantemente incentivados a planejar, executar, apresentar e avaliar projetos, assumindo papel ativo no processo de aprendizagem. A organização de exposições temáticas, a elaboração de planos de negócio, a participação em rodas de conversa e a socialização de vivências profissionais reforçam uma concepção pedagógica que reconhece o educando como sujeito de saberes, experiências e potencialidades.

O Projeto se destacou pela abordagem integral da formação humana, contemplando dimensões técnicas, cognitivas, socioemocionais e cidadãs. As ações formativas incorporaram temáticas como direitos humanos, cidadania, projeto de vida, imagem profissional, saúde mental, educação financeira, comunicação eficaz, ética e responsabilidade social. Essa perspectiva amplia o sentido da qualificação profissional, compreendendo o trabalho como princípio educativo e como espaço de afirmação da dignidade humana, especialmente no contexto de pessoas egressas do sistema prisional.

Outrossim, observou-se uma forte intervenção pedagógica no sentido de planejar atividades a partir de demandas reais do mercado, abordando empreendedorismo, inovação, marca pessoal, uso estratégico das redes sociais, oratória e negócios de impacto. A interlocução com profissionais de diferentes áreas, empreendedores e instituições parceiras contribuiu para aproximar os estudantes das dinâmicas, exigências e possibilidades de inserção e permanência no mercado de trabalho.

Salienta-se o caráter interdisciplinar e colaborativo das ações formativas, uma vez que os projetos integradores articularam diferentes componentes curriculares, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada. A realização de eventos coletivos, seminário, jornadas formativas e simpósio reforçaram a dimensão dialógica do processo educativo, favorecendo a troca de saberes, a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento.

Vale ressaltar que as atividades realizadas contribuíram significativamente para o

fortalecimento da formação integral dos estudantes, ampliando conhecimentos, desenvolvendo competências socioemocionais e estimulando o protagonismo, a autonomia e o pensamento crítico. Observou-se maior engajamento dos participantes, ampliação da compreensão sobre sustentabilidade, inovação, cultura, patrimônio histórico e mundo do trabalho, além do fortalecimento do interesse pela continuidade dos estudos e pela inserção social e produtiva. As vivências extraclasse também favoreceram a socialização, o trabalho em grupo e a construção de vínculos com diferentes instituições e espaços de aprendizagem.

Além das ações institucionais e das atividades formativas desenvolvidas ao longo do curso, foi produzido um documentário intitulado *Recomeços que transformam*, que registra as vivências, desafios e conquistas dos participantes no âmbito do Projeto Alvorada. O material encontra-se disponível em plataforma digital pública, podendo ser acessado em: <https://youtu.be/B0rk3k35upk>. O documentário foi apresentado durante a solenidade de encerramento do Projeto Alvorada e formatura dos estudantes. Os depoimentos e narrativas presentes na produção audiovisual reforçam e evidenciam os resultados alcançados, corroborando a efetividade das ações desenvolvidas no contexto da EPT como instrumento de promoção da inclusão social e produtiva.

**Imagem 2** – Documentário do projeto Alvorada Ciclo II IFRN *campus* Natal Zona Leste



Fonte: Canal *Youtube* IFRN *campus* Natal-Zona Leste (Alvorada, ciclo 2, 2025). Disponível em: <https://youtu.be/B0rk3k35upk>.

**Imagem 3** – Formatura do projeto Alvorada Ciclo II



**Fonte:** Portal do IFRN *campus* Zona Leste (IFRN, 2025). Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/formatura-do-projeto-alvorada-marca-a-conclusao-de-um-ciclo-transformador-para-egressos-do-sistema-prisional/>.

Assim, os resultados alcançados pelo Projeto Alvorada evidenciam uma transformação qualitativa na trajetória dos estudantes, destacando-se a ampliação da consciência acerca de seus direitos e deveres e o fortalecimento de suas identidades pessoal e profissional. Esse processo foi impulsionado por um estímulo contínuo à reflexão crítica sobre trajetórias de vida e trabalho, permitindo que a reintegração social fosse compreendida para além da mera ocupação profissional e inserção no mundo do trabalho. Como impactos observados, notou-se um engajamento crescente nas atividades formativas, consolidando o projeto como um espaço estratégico de acolhimento e escuta qualificada. Para além de uma oferta educacional com foco profissional, a iniciativa atuou na reconstrução de vínculos sociais e na promoção efetiva da cidadania e da dignidade humana, reafirmando o papel da EPT como instrumento de cidadania.

### **Inclusão social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares: desafios, conquistas e estratégias**

A execução do Projeto Alvorada evidenciou que a reintegração socioproductiva de pessoas egressas do sistema prisional é atravessada por dois conjuntos principais de dificuldades: o estigma social (Brasil, 2020) e entraves estruturais na articulação das políticas públicas (Araújo, 2025).

No contexto institucional, observaram-se resistências iniciais de alguns segmentos da comunidade acadêmica do mencionado *campus* diante da presença de estudantes egressos,

revelando tensões entre a missão inclusiva da instituição e preconceitos socialmente arraigados. No plano estrutural, destacaram-se dificuldades na articulação intersetorial e na mobilização do setor privado para acolhimento dos estudantes em práticas profissionais, evidenciando limitações na efetivação das políticas públicas voltadas à inserção produtiva. Diante desse cenário, o projeto precisou recorrer a estratégias institucionais e parcerias no setor público e em iniciativas de empreendedorismo para viabilizar oportunidades formativas e profissionais. Esses desafios demonstram que, apesar dos avanços normativos, o estigma social ainda constitui um obstáculo persistente à reinserção social de pessoas egressas do sistema prisional.

Entre as principais conquistas do Projeto Alvorada, destaca-se a contribuição para a reconstrução das identidades dos participantes como sujeitos de direitos, fortalecendo sua autonomia e ampliando sua capacidade de enfrentar desafios cotidianos associados ao processo de reintegração social. As metodologias formativas adotadas favoreceram o reconhecimento da cidadania e a construção de redes de apoio institucionais, possibilitando o acesso a serviços públicos e oportunidades educacionais e profissionais. O projeto também ampliou o suporte psicossocial aos estudantes, contribuindo para o enfrentamento de vulnerabilidades decorrentes das experiências de encarceramento. Destaca-se ainda o fortalecimento dos vínculos familiares e a ampliação das oportunidades formativas para egressos e familiares. O apoio financeiro concedido aos participantes mostrou-se fundamental para garantir a permanência nas atividades educacionais e reduzir situações de vulnerabilidade social. Como resultado, observou-se o fortalecimento observou-se o fortalecimento da qualificação profissional, o acesso a oportunidades educacionais e o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras, evidenciando o papel do projeto na promoção da inclusão social e produtiva e na construção de novas trajetórias de vida.

No que se refere às estratégias adotadas no Projeto Alvorada, salientam-se a atuação em rede com órgãos públicos, instituições de ensino e iniciativas de apoio ao empreendedorismo, bem como ações de sensibilização institucional voltadas à promoção de um ambiente mais acolhedor para os estudantes egressos. O projeto também contou com acompanhamento psicossocial e encaminhamento para serviços da rede de proteção social, além da diversificação dos espaços de prática profissional, incluindo experiências profissionais no próprio IFRN e em instituições públicas. Paralelamente, o incentivo ao empreendedorismo e o apoio financeiro

concedido aos participantes contribuíram para a permanência no curso e para a ampliação das possibilidades de inserção socioproductiva, evidenciando a importância de estratégias integradas e sensíveis às vulnerabilidades vivenciadas por esse público.

### **Considerações finais**

Os resultados evidenciam que o estigma social, associado ao histórico prisional, emerge como um dos principais entraves à inserção desses sujeitos no mundo do trabalho, manifestando-se tanto na resistência do setor privado quanto nas dificuldades de articulação com órgãos públicos responsáveis pela implementação de políticas voltadas à população egressa. Apesar dessas limitações, o Projeto Alvorada, Ciclo 2 demonstrou significativa capacidade de enfrentamento dessas barreiras, consolidando-se como uma experiência exitosa de inclusão social e produtiva no âmbito do IFRN. As ações formativas desenvolvidas, aliadas ao acompanhamento psicossocial, contribuíram para o fortalecimento da autonomia, da autoestima e da identidade cidadã dos participantes, possibilitando a construção de novos projetos de vida pós-cárcere, desvinculados da lógica da exclusão e da reincidência criminal.

Observou-se que a articulação em rede com instituições públicas e iniciativas de apoio ao empreendedorismo, foi fundamental para suprir lacunas deixadas pela ausência ou fragilidade das políticas públicas estaduais voltadas aos egressos do sistema prisional. Nesse sentido, o Projeto Alvorada não apenas promoveu a qualificação profissional dos participantes, mas também funcionou como um mediador de acesso a direitos básicos, como documentação básica, saúde, assistência social, educação e trabalho.

Dessa forma, conclui-se que iniciativas de caráter intersetorial são indispensáveis para a efetivação das políticas de reinserção social, devendo ser fortalecidas e ampliadas. A experiência analisada reforça a necessidade de políticas públicas integradas, contínuas e sensíveis às especificidades da população egressa, capazes de articular educação, trabalho, suporte psicológico e assistência social como eixos centrais para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Sob essa visão, a EPT consolida-se como dimensão estratégica das políticas públicas voltadas à justiça social, ao articular formação cidadã e qualificação profissional em favor da dignidade humana e da redução das desigualdades. No caso específico das pessoas egressas do sistema prisional, a EPT assume função relevante na superação de estigmas, no acesso a direitos

e na mitigação de fatores associados à reincidência penal, configurando-se como elemento essencial para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Como estratégia operacional para viabilizar essas diretrizes no contexto desse ecossistema de políticas públicas, o Projeto Alvorada é visto como uma ferramenta operacional de EPT fundamental para a execução das diretrizes da PNAPE e do Plano Pena Justa.

## Referências

ARAÚJO, F. A. C. **Momento de diálogo sobre os desafios, conquistas e estratégias para inserção dos estudantes do Projeto Alvorada no mundo do trabalho.** [Interlocutor] Gilson Malta da Silva. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Natal, 27 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.603, de 28 de agosto de 2025.** Dispõe sobre a instituição da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT). Brasília: Presidência da República, 28 ago. 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/D12603.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12603.htm). Acesso em: 11 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 11.843, de 21 de dezembro de 2023.** Dispõe sobre a regulamentação da assistência à pessoa egressa e institui a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional (PNAPE). Brasília: Presidência da República, 21 dez. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11843.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11843.htm). Acesso em: 29 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Brasília: Presidência da República, 11 jul. 1984. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Acesso em: 17 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Síntese de evidências:** enfrentando o estigma contra pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias. Brasília: MJSP, 2020. Disponível em: [https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/sinteseevidencias\\_estigma\\_setembro1.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/sinteseevidencias_estigma_setembro1.pdf). Acesso em: 23 dez. 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN/MJSP). **Edital de Chamamento Público do Projeto Alvorada, Ciclo 2, Anexo 1.** Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 11 out. 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/senappen/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/chamamento-publico/2024/edital-projeto-alvorada-ciclo-2/edital-de-chamamento-publico-do-projeto-alvorada\\_ciclo-2.pdf/view](https://www.gov.br/senappen/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/chamamento-publico/2024/edital-projeto-alvorada-ciclo-2/edital-de-chamamento-publico-do-projeto-alvorada_ciclo-2.pdf/view). Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). **Guia de Implementação: Projeto Alvorada - Ciclo II.** Versão atualizada em

fevereiro de 2025. Brasília: SENAPPEN/DICAP, 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018.** Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (PNAT), voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/d9450.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9450.htm). Acesso em: 10 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Projeto Alvorada, Ciclo 2:** inclusão social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares. Natal: IFRN, 2024. Disponível em: <https://educacaoprisional.ead.ifrn.edu.br/wp-content/uploads/2025/11/Projeto-Basico-Universal.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Projeto Político-Pedagógico do IFRN:** uma construção coletiva. Natal: IFRN, 2012. Disponível em: [https://portal.ifrn.edu.br/documents/2439/PPP\\_-\\_01\\_de\\_agosto\\_2013\\_DB.pdf](https://portal.ifrn.edu.br/documents/2439/PPP_-_01_de_agosto_2013_DB.pdf). Acesso em: 11 fev. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Notícias Projeto Alvorada Ciclo II campus Zona Leste.** Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/?s=alvorada>. Acesso em: 11 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Formatura do Projeto Alvorada marca a conclusão de um ciclo transformador para egressos do sistema prisional.** Natal: IFRN, 2025. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/formatura-do-projeto-alvorada-marca-a-conclusao-de-um-ciclo-transformador-para-egressos-do-sistema-prisional/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Recomeços que transformam:** Projeto Alvorada 2025 Ciclo 2 *campus* Zona Leste. YouTube, 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B0rk3k35upk>. Acesso em: 10 mar. 2026.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 12 fev. 2026.

PARIZI, M.; TONCHE, J. A criação da Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais e o novo horizonte de atuação da Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Revista Brasileira de Execução Penal**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 147-176, 2024 Disponível em: [https://rbepsenappen.mj.gov.br/index.php/RBEP/pt\\_BR/article/view/969/573](https://rbepsenappen.mj.gov.br/index.php/RBEP/pt_BR/article/view/969/573). Acesso em: 07 fev. 2026.

PARIZI, M. S.; D' ANGELO, L. B. Enfrentando o estado de coisas inconstitucional: diálogos interinstitucionais e a atuação da SENAPPEN no Plano Pena Justa. **Revista Brasileira de Execução Penal**, Brasília v. 6, n. 2, p. 15-33, 2025. Disponível em: [https://rbepsenappen.mj.gov.br/index.php/RBEP/pt\\_BR/article/view/1322/873](https://rbepsenappen.mj.gov.br/index.php/RBEP/pt_BR/article/view/1322/873). Acesso em: 07 fev. 2026.

PARIZI, M. S. Da prisão à cidadania: direitos humanos, EPT e trabalho como caminhos para a reintegração social. *In: IV SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO PRISIONAL*, dez. 2025, Natal/RN. Brasília: SENAPPEN/DICAP, 2025. 1 arquivo (48 slides), PDF.

Submissão em: 16/03/2026

Aceito em: 10/04/2026

Citações e referências  
conforme normas da:



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA  
DE NORMAS  
TÉCNICAS